

Deputada vê "crime político"

A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) anunciou ontem que responsabilizará criminalmente o presidente do Senado, Moacyr Dalla, por considerar que as nomeações assinadas por ele — admitindo servidores sem concurso público, no chamado "trem da alegria" — agridem "os preceitos da Nova República". Nota oficial distribuída à imprensa ontem pela parlamentar nordestina afirma que "no momento em que a Nação resgata a credibilidade dos governantes, não podemos nos deixar atropelar pelos vícios do sistema".

Enquanto o advogado dos servidores nomeados pelo Senado, Eri Varella, insiste em afirmar que a liminar impetrada pela 2ª Vara da Justiça Federal suspendeu o pagamento aos integrantes do "trem da alegria", o próprio juiz Jacy Vieira desmentiu esta informação, no que foi acompanhado pela Divisão de Pessoal do Senado. Para o juiz, a liminar impetrada contra a Mesa do Senado apenas torna sem efeito as nomeações retornando também todos os funcionários à condição de celetistas — em que poderão receber seus vencimentos.

OTIMISMO

O advogado disse também que ainda não dará entrada no mandado de segurança no Tribunal Federal de Recursos, pois a Consultoria Jurídica do Senado in-

gressou na 2ª Vara Federal com um "agravo de instrumento", na tentativa de sustar a liminar e seus efeitos, até que o juiz Jacy Vieira dê seu parecer sobre a medida, ou remeta o instrumento de agravo ao TFR, destino final da petição:

— Até lá — assegurou Varella — não entrarei com nenhum mandado de segurança, mesmo porque o processo judicial corre normalmente, e tenho que aguardar os acontecimentos.

Varella, em tom otimista, menciona também que, na forma da lei, todos os atos já foram reconhecidos e, agora, o advogado e o juiz acusam apenas o fato dos salários serem elevados. "Ninguém questiona



Cristina Tavares

mais a legalidade dos atos do Senado; agora querem saber o quanto cada um vai receber e, com base nisso, preparam outros argumentos contra o Senado", acusou ele.

NOTA DA DEPUTADA

A deputada Cristina Tavares, na nota à imprensa, argumenta que, embora já tenha se esgotado o prazo de dez dias para a resposta da Mesa do Senado sobre a consulta feita no último dia 26, acerca da legalidade nas nomeações (atos 87 e 88), nenhuma resposta foi obtida. "A Mesa se omite, se cala e deixa de prestar esclarecimentos à opinião pública sobre o assunto", acusa a parlamentar. "Considero o fato atentatório à moral pública, uma agressão ao desejo de mudança, expresso por ocasião da eleição de Tancredo Neves, e um crime político deliberadamente praticado para desmoralizar este anseio de mudança", afirma Cristina Tavares.

Para ela, a transformação de servidores celetistas em estatutários pode até encontrar respaldo legal, mas "agrade os preceitos constitucionais do País". A deputada finalizou revelando que já contratou dois advogados, para incriminar o presidente do Senado, Moacyr Dalla (PDS-ES), atitude que, ela espera, terá o apoio da classe política e da comunidade brasileira.